

RESENHA

SILVA, Eduardo Rodrigues da. *A economia goiana no contexto nacional: 1970 - 2000*. Goiânia: Editora da UCG, 2007.



Tathiana Rodrigues Salgado

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em
Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais / UFG
E-mail: trs.tathi@gmail.com

O livro do economista Eduardo Rodrigues da Silva é produto dos resultados obtidos durante a elaboração da dissertação de mestrado do autor, sob orientação do professor Wilson Cano. O principal objetivo da obra é aprofundar algumas pesquisas existentes sobre o Centro-Oeste (CO) brasileiro, em particular, sobre a evolução econômica de Goiás no período de 1970 a 2000 (p. 21).

O recorte temporal é justificado por observações do autor de que as principais transformações estruturais da economia goiana ocorreram nas últimas três décadas do século XX, quando o estado aprofundou sua complementaridade e integração com o centro dinâmico do país, representado pela região sudeste. A hipótese norteadora dos

estudos de Silva é de que o crescimento econômico alcançado pelo estado de Goiás, principalmente a partir da década de 1970, “estaria atado às políticas governamentais voltadas tanto para a expansão e a modernização da agropecuária e da agroindústria, como para o crescimento econômico do território” (p. 21).

A obra encontra-se dividida em três capítulos. No capítulo I, intitulado *Evolução econômica de Goiás até 1980*, no primeiro momento, é resgatado de forma objetiva o processo histórico de formação da economia goiana que, grosso modo, pode ser dividido em três grandes fases: a mineradora, a pecuária, e a agricultura. Estas promoveram a ocupação do território goiano, abrindo novas fronteiras econômicas para o estado. Neste primeiro momento, o autor busca demonstrar a pequena participação da economia goiana no dinamismo da economia nacional até a década de 1930, situação alterada somente a partir de intervenções estatais voltadas para a ocupação do CO, como exemplo, a “Macha para Oeste” e a construção de duas capitais: Goiânia e Brasília.

Em seguida, são mostradas as alterações político-administrativas ocorridas no CO brasileiro responsáveis pela atual conformação geoespacial da região e que tiveram importantes implicações para a economia goiana. Dentre elas, o autor destaca três:

A primeira foi na segunda metade da década de 1950, no Governo JK, quando se criou o Distrito Federal (DF), dentro do território goiano, dando início à construção de Brasília, a nova capital federal; a segunda se refere à subdivisão do “antigo” Estado do Mato Grosso, em 1977, ficando seu nome preservado na parte setentrional, recebendo a outra o nome de Mato Grosso do Sul; por fim, em 1989, Goiás também foi subdividido, recebendo a parte norte o nome de Tocantins, que passou a integrar a região Norte do país (SILVA, 2007, p. 33).

Silva foca com atenção a importância da construção de Brasília na mudança do perfil interno de Goiás, visto que a nova capital possibilitou um grande volume de investimentos em curto período de tempo. “Para Goiás, o fato de o Distrito Federal ter sido encravado em seu território, sem sombra de dúvida, foi elemento apropriado para a quebra do círculo vicioso de seu atraso”. (p. 36).

Dando continuidade ao capítulo, o autor detalha as distintas políticas estaduais e regionais de desenvolvimento que afetaram a economia goiana a partir da década de 1930 até o final da década de 1970. Em âmbito estadual, Silva destacou o “Plano Atilio Correia Lima” (1933); o Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás, do Governo Mauro Borges (1961-1965); os planos de Ação dos Governos de Otávio Lages (1968-

1970) e Leonino Caiado (1971-1974); e as Diretrizes Gerais e Setoriais do Governo de Irapuan Costa Junior (1975-1978). E em esfera nacional, o autor destaca a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1965, a criação da Superintendência de desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), em 1967, além dos planos de ação do governo contidos no I e II Plano Nacionais de Desenvolvimento (PND).

Ainda no primeiro capítulo, Silva aborda o papel dos recursos disponibilizados pelo Crédito Rural para a modernização das atividades agropecuárias do CO. O autor encerra o capítulo apresentando considerações sobre as dinâmicas urbana e demográfica do estado, do período de 1940 a 1980, período em que o estado ampliou sua capacidade de atrair migrantes de outros estados brasileiros, dadas as vantagens advindas da intervenção estatal no território.

No segundo capítulo, intitulado “*Década perdida em Goiás*”, o recorte temporal é a década de 1980, período onde “a eficácia das políticas governamentais, assentadas nos programas regionais de desenvolvimento, perdeu vigor” (p. 80) e os recursos financeiros advindos do Crédito Rural tiveram significativa diminuição.

O crédito rural, que, no decênio anterior tivera importante atuação na modernização agrícola, não manteve o aporte de recursos destinados ao Setor primário. Pelo contrario terminou o período ofertando, em 1990, menos da metade do que havia destinado no ano de 1981 (redução de 54%) (SILVA, 2007, p. 85).

Contudo, o autor enfatiza que “a dinâmica do crescimento do aparelho produtivo, alicerçadas no investimento público, prosseguiu de forma mais tímida, mas não desprezível” (p. 81), e apresenta os principais mecanismos que atuaram de forma compensatória na perda da capacidade de gerar efeitos estimuladores de crescimento econômico por parte dos programas estaduais e federais. Como por exemplo, a Política de Garantia de Preço Mínimo (PGPM), a criação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (FCO), a intensificação da “guerra fiscal” entre os estados brasileiros, a exemplo da criação do programa FOMENTAR¹ em Goiás. “Dessa forma, a intervenção estatal continuou como importante elemento estimulador do crescimento econômico goiano” (p. 85).

O autor destaca, neste capítulo, as transformações econômicas, ocorridas no estado, que garantiram o crescimento econômico de Goiás (mesmo na “década perdida”) em ritmo superior ao nacional. Como exemplo, a redução da participação do setor agrícola na composição da renda interna do estado, e inversamente, no mesmo período o aumento da participação do setor industrial – que contribuía apenas com 7,3% da Renda Interna (década de 70), elevando sua participação a 29,2% (década de 80) (p. 114).

Silva encerra o segundo capítulo retomando a análise sobre os aspectos demográficos e urbanos do estado de Goiás iniciada no capítulo anterior, contudo, ampliando o recorte temporal até o ano de 1991.

Conclui-se, com esse capítulo, que a expressão “Década perdida”, uma referência à estagnação econômica vivida pela América Latina durante a década de 80, período onde se observou um forte retrocesso da produção industrial e um menor crescimento das economias dos países latinoamericanos, não se aplicou totalmente a Goiás, que mesmo apresentando desaceleração no crescimento econômico ocorrido na década de 1970, manteve-se crescendo em ritmo superior ao nacional, crescimento baseado, principalmente, no aumento da produção industrial.

No terceiro capítulo, intitulado de “*Goiás em busca de um novo perfil*”, o recorte temporal é a década de 1990, período que inicia-se marcado pela instabilidade monetária, altos índices de inflação, aumento do desemprego e crescimento da dívida externa brasileira, somados à acentuação da abertura comercial e financeira e à implementação da ideologia neoliberal no Brasil. Sendo que, o país só retoma a estabilidade econômica e o crescimento a partir do Plano Real (1994) que igualava a moeda nacional ao dólar americano. “Nesse cenário, a economia goiana não tinha como produzir comportamento distinto ao da economia nacional” (p. 147), manteve-se no período a desaceleração econômica iniciada na década de 1980.

Silva apresenta no capítulo as principais alterações na condução da política nacional e estadual, os resultados das políticas neoliberais no âmbito regional, bem como as principais alterações nas políticas regionais de desenvolvimento, no Crédito

¹ Programa criado em 1984, com objetivo de incrementar a implantação e a expansão das atividades industriais, preferencialmente as do ramo de agroindústria, que efetivamente contribuam para o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Goiás



Rural e nos programas referentes à “guerra fiscal”, como exemplo, a substituição do programa FOMENTAR pelo PRODUZIR em Goiás.

O autor demonstra como o estado de Goiás, diante do cenário nacional marcado por crises econômicas e consolidação de São Paulo como centro industrial do país, buscou na agroindústria o elemento capaz de promover o desenvolvimento regional do estado. Nas palavras de Silva (p. 165).

Com a consolidação do parque industrial em São Paulo (segunda metade da década de 1950), encerrou-se a possibilidade de industrialização autônoma de Estados da periferia nacional. Restavam, porém, a alternativa de complementaridade à economia paulista e os investimentos para o atendimento de demandas localizadas ou fornecimento para o mercado nacional em determinados segmentos. Assim Goiás encontrou na agroindústria o segmento capaz de promover desenvolvimento regional.

Para Silva, Goiás aprofundou sua integração econômica de forma complementar ao dinamismo do Sudeste brasileiro e, dessa forma, garantiu o crescimento econômico superior à média nacional para o período.

Silva conclui o capítulo voltando à análise de aspectos demográficos e urbanos iniciada nos capítulos anteriores, demonstrando que na década de 1990 o ritmo de crescimento populacional do CO continuou superando o nacional.

Dessa forma, o autor cumpriu com o objetivo apresentado no início do livro, apresentando de forma clara e bem ilustrada, por gráficos e dados socioeconômicos, uma reconstrução do cenário econômico de Goiás nas últimas três décadas do século XX.

Recebido para publicação em julho de 2009

Aprovado para publicação em agosto de 2009